

PARA QUE EDITAR? A MEMÓRIA LINGÜÍSTICA PRESERVADA ATRAVÉS DOS TEXTOS

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

O medo do esquecimento obcecou as sociedades européias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer. (Chartier, 2007: 9)

RESUMO

Os documentos produzidos pelo homem ao longo de sua história constituem seu patrimônio cultural. Este patrimônio encontra-se acumulado, em todo o mundo, em arquivos, bibliotecas, museus, acervos particulares, dentre outros. A documentação em língua portuguesa representa a memória lingüística de um povo que vem evoluindo há milênios. A língua portuguesa, assim conhecida, tem os seus primeiros registros escritos a partir do século XII. No trilhar desta língua, sua ortografia passou por diversos processos de normatização. Analisando-se edições de textos de diversas épocas, sendo aquelas conservadoras (cujo objetivo é a preservação da escrita), busca-se apresentar as variações grafemáticas ocorridas nos diversos momentos da história da língua portuguesa.

Palavras-chave: Memória; Textos, Edição; História; Patrimônio cultural

INTRODUÇÃO

A história da humanidade apresenta um grande marco que a divide em dois tempos: antes e depois da escrita, sendo esta a responsável pelo armazenamento de informações e pela transmissão do conhecimento através do tempo e do espaço. A partir da escrita o homem começou a registrar todos os seus feitos, fossem estes relativos a tributos heróicos, a sentimentos e emoções, à contabilidade etc. De acordo com Chartier (2007: 9), “A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens.”

Foram os egípcios os primeiros a registrarem a escrita em folhas de papiro, extraídas de uma planta presente nas margens do rio Nilo. Depois do papiro, passou-se a usar pergaminho, feito a partir de peles de cordeiros. Estes dois suportes foram utilizados na Europa, com predominância do segundo, até finais da Idade Média, quando no século XIV é criada a primeira fábrica de papel na Espanha.

A CULTURA ESCRITA

Uma das atribuições da escrita é impedir a perda, pois está intimamente relacionada ao mundo de papel, com toda sua força e suas limitações. Neste sentido, afirma Chartier (2007: 9): “[...] a escrita teve por missão conjurar contra a fatalidade da perda. Em um mundo no qual as escritas podiam ser apagadas, os manuscritos, perdidos e os livros estavam sempre ameaçados de destruição [...]”

Na antiguidade pré-clássica conservavam-se artefatos museológicos, arquivísticos e bibliográficos em acervos comuns. Com o desenvolvimento e generalização da escrita fonética e a difusão do uso do papiro para registros gráficos, surgiram as bibliotecas, das quais, a de Babilônia, às margens do Tigris, e a de Alexandria, na foz do Nilo, depositárias de registros cuneiformes e de coleções de manuscritos em papiros, destacam-se entre as mais remotas e de maior conhecimento público. (Neves, 2007: 13)

Na Idade Média, as bibliotecas eram repositórios de grandes depósitos de *volumen*, ou seja, de livros manuscritos ou códices. Neste período, havia três tipos de bibliotecas: as monacais, as das universidades e as particulares (de reis e de grandes senhores). No medievo, os mosteiros e conventos definiram-se como grandes bibliotecas, sendo responsáveis pela salvaguarda da riqueza literária da Antiguidade. Os monges medievais reproduziram para o mundo moderno a literatura profana, ou pagã, ao lado da eclesiástica. As bibliotecas medievais possuíam em seus acervos muitos manuscritos, cuja acepção refere-se a ‘escrito à mão’. O livro medieval escrito à mão é conhecido como *codex* ou códice, e está relacionado com a vida monástica, cuja abrangência compreende o período que vai do ano de 500, no qual os primeiros conventos realizam o trabalho de escrita, até o ano de 1500, quando se dá o surgimento da imprensa.

A cópia manual foi o meio, até o século XV, com o qual os homens tiveram na memória coletiva e transmitiram para a posteridade todo o

seu patrimônio cultural: sua religião, sua história, sua política, sua literatura. Mas esse processo continuou mesmo depois da imprensa, principalmente no chamado “Novo Mundo”, até princípios do século XX. (Queiroz, 2005: 65)

OS PRIMEIROS TEXTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Os primeiros textos escritos em língua portuguesa surgem no período histórico compreendido entre os reinados de D. Afonso Henriques e de D. Dinis. A partir daí, o uso do novo código escrito se expande, qualitativa e quantitativamente. Essa produção abarca, a princípio, os documentos de tipo mais informal, seguindo-se depois pela utilização dos documentos com caráter mais formal, ou seja, os diplomas. No âmbito dos textos literários, o domínio do português escrito é decorrente do crescimento e diversificação da própria literatura. De acordo com Martins (2001: 23):

Ao tempo de D. Dinis o português é a língua da poesia e da prosa literária (sem que tal seja uma novidade deste reinado) e o seu uso vulgarizar-se-á na esfera da produção documental. Está assim fechado o ciclo da gênese e implantação do português escrito.

Até 1961 acreditava-se que os mais antigos textos escritos em língua portuguesa eram os documentos “Auto de Partilhas” (1192) e “Testamento de Elvira Sanches” (1193). Naquele ano, Luís Filipe Lindley Cintra, tendo como referência a autoridade do paleógrafo Rui de Azevedo e os argumentos de natureza lingüística, mostra que tais documentos são cópias tardias e que possivelmente seriam traduções de primitivas versões latinas e não documentos originais.¹

Seguindo essa orientação, filólogos e lingüistas portugueses debruçaram-se sobre a pesquisa arquivística em busca de textos que confirmassem o uso do código escrito português em finais do século XII.

Antes de 1255 existiu também uma diminuta produção **primitiva portuguesa**, constituída por documentos de caráter notarial escritos em português, cuja importância é excepcional para o estudo da primeira fase da história da língua: o *Testamento de Afonso II* (1214), a *Notícia de Torto* (ca. 1214) e dois documentos do Mogadouro recentemente desco-

¹ Estes documentos foram editados, respectivamente, por João Pedro Ribeiro, em 1810, e por José Leite de Vasconcelos, em 1901.

bertos. Se se perguntar se esta lista é completa, a resposta mais prudente será negativa. A lista inclui apenas os documentos que hoje são conhecidos, [...] enquanto não forem localizados novos documentos desta época inicial, como a experiência recente nos diz ser possível. [...] Mas, não é apenas a perspectiva de aparecerem novos documentos em português do período anterior a 1255 que nos recomenda uma resposta negativa. Mesmo que nenhuma nova descoberta fosse feita, bastam os dados internos dos documentos que possuímos para nos persuadirem de que eles não foram os únicos, nem certamente os primeiros, a usar o português, em vez do latim, como língua de escrita. (Castro, 1991: 183)

Neste sentido, Ana Maria Martins (2001) dá encaminhamento à sua pesquisa e, a partir desta, apresenta os seguintes documentos como sendo os mais antigos testemunhos portugueses: Mosteiro de São Cristóvão de rio Tinto – “Anotação de despesas”, de Petro Parada (1175 ou anterior); “Notícia de Fiadores”, de Pelágio Romeu (1175); Mosteiro de Santa Maria de Tarouquela – “Notícia de herdades”, doação de Pelagius Suerfj a sua mulher Sanchia Anriquiz (cerca de 1171-1177).

O estabelecimento do português escrito

Até o século XII, já em época lingüisticamente galego-portuguesa, ainda usava-se como código escrito o latim-notarial. Contudo, a emergência do uso de novas formas de expressão escrita fez-se inevitável. Segundo Castro (2001):

Depois de afirmada a independência de Portugal no século XII e de estabelecidas as fronteiras do reino em meados do século XIII, estavam reunidas condições para que aquele romance galego-português fosse promovido à língua nacional. O primeiro passo era tornar-se língua escrita (da documentação oficial, da literatura e também do uso diário). (*apud* Martins, 2001: 38)

Para Castro (2001), o mais antigo texto literário português é “Ora faz ost’o senhor de Navarra”, escrito por João Soares de Paiva, em 1196.

A produção poética dos trovadores representa uma tradição escrita, pois circulava não apenas em suporte de oralidade e memória bem como em “folhas soltas”, que foram depois reunidas nos famosos cancioneiros, tanto individuais quanto coletivos.

Tanto os textos notariais quanto os textos dos trovadores constituem-se em testemunhos de que já se escrevia em português na segunda metade do século XII. Usava-se o mesmo espaço, o *scriptorium* régio, para a produção de textos literários e de diplomas régios. Os dois tipos de produção conviviam nesse ambiente, favorecendo o estabelecimento do português escrito, iniciado na segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII, e finalmente fixado no último quartel do século XIII.

A ORTOGRAFIA PORTUGUESA

Com o uso da escrita ampliado, há a necessidade de se fixar a ortografia. Esta, de origem grega, significa “escrita correta”. Os documentos manuscritos do português do século XVI, em comparação com os impressos, apresentam uma variação gráfica. O texto autógrafa revela mais diversidade do que o impresso, que por sua natureza é normalizador. A normalização da grafia é vista como um agente de transmissão cultural e um fator de coesão social, bem como um agente estabilizador da língua. Os primeiros usuários do português escrito não sentiram necessidade de estabelecer um sistema único, coletivo e normativo, pois o que importava era o registro da palavra falada, daí a variação gráfica.

Com a normalização da vida do reino e a lenta constituição de uma literatura, a palavra escrita vem cobrar foros de cidadania e torna-se, ela própria, objecto de clivagens sócio-culturais, especialmente a partir do Renascimento, momento em que a escrita se vai aproximar mais da matriz latina. (Gonçalves, 1992: 17-18)

A proliferação de textos manuscritos, com variação das relações fonográficas, provocou o surgimento de pequenos tratados de ortografia, dentre eles *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa* (1574), de Pero de Magalhães de Gândavo.

Até 1770, data da escolarização da gramática da língua portuguesa, são elaboradas diversas ortografias, sendo a de Duarte Nunes do Leão, *Orthographia da lingua portuguesa* (1590), uma importante referência para a fixação da norma gráfica como também para a história e do pensamento metalingüístico português.

Os compêndios de ortografia sucediam-se à medida que era renovada a decisão de, uma vez por todas, fixar uma escrita uniforme. Quando ela chegasse, serviria nas escolas, serviria aos autores, serviria aos impressores... (Marquilha, 2001: 118)

Os estudiosos sobre a periodização da ortografia estabeleceram três períodos: 1. período fonético – dos primeiros textos até o século XVI; 2. período etimológico ou pseudo-etimológico – do século XVI até 1904; 3. período das reformas ortográficas – de 1904 aos dias atuais.

Os mais antigos documentos escritos em português constituem-se um marco para a história da língua, sendo as grafias indícios das alterações operadas no sistema fonético-fonológico, configuradas nos textos escritos.

Analisando-se textos medievais, percebe-se que a prática dos copistas e escribas era fundamentalmente fonética, ou seja, eles transcreviam o mais próximo possível da linguagem falada, havendo neste caso uma grafia diferente para cada unidade fônica. No entanto, essa variação vai perdurar durante muito tempo.

A ortografia portuguesa baseava-se na tradição, ou seja, na tradição gráfica latina. Mesmo a ortografia dos primeiros momentos sendo de caráter fonético, há uma forte influência da escrita latina.

É que o esforço de codificação gráfica da língua portuguesa só chegará com o século XVI e as primeiras descrições gramaticais da nossa língua. Durante o tempo que vai dos primeiros textos conhecidos (século XIII) às primeiras gramáticas, o português escrito estará (como no-lo demonstram os manuscritos), mais ou menos entregue ao livre alvedrio dos escribas e dos copistas incumbidos de escrever em *linguagem*. Não há que esquecer também que esses indivíduos eram os mesmos que, por ofício, escreviam ou copiavam, em latim, textos de caráter notarial ou outro. (Gonçalves, 1992: 39)

A memória escrita

Nos mais antigos documentos escritos em português já se verifica a diversificação do registro gráfico em relação à mesma realidade fônica. São encontradas as seguintes correlações fonema X grafema: para a palatal /*ç*/ ⇔ <i>, <gi> e <y>; para a sibilante /*s*/ ⇔

<s>, <ss>, <z> e <ci>; para a sibilante /z/ ↔ <z>, <c> e <s>; para a palatal nasal /ɲ/ ↔ <ni>; para a palatal lateral /ɲ/ ↔ .

As ortografias fonética e pseudo-etimológica vão durar até 1904, ano em que Gonçalves Viana publica *Ortografia Nacional*, trabalho que serviu de base a todas as reformas ortográficas com tendência simplificadora.

Tomando-se como base documentos dos séculos XV ao XX (início), tanto portugueses quanto brasileiros, mostrar-se-ão as mais freqüentes variações gráficas ocorridas na ortografia portuguesa. Estes documentos integram os acervos: da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) e do Arquivo Municipal de Santo Amaro – Bahia (AMSA).

Foram selecionados os seguintes documentos para compor a análise das variações ortográficas: Castelo Perigoso (séc. XV - BNL); Carta sobre as dificuldades dos lusitanos frente à dominação holandesa (séc. XVII - BNRJ); Denúncia contra uma índia, Carta proibindo as escravas de usarem seda e ouro e Carta proibindo o desembarque de ciganos no Rio de Janeiro (séc. XVIII - BNRJ); Auto de Defloração de Maria Juliana (séc. XX (1903) - AMSA).

Variações no Texto do “Castelo Perigoso (Séc. XV)

/s/ ↔ <s>, <ss>	/z/ ↔ <z>, <ss>, <ç>	/i/ ↔ <i>, <j>, <y>	grafias latinizantes
excelentissimo / excelentyssimo possa / posa pensamentos/ pen- same ^o tos senom / ssenam	cousa / coussa despreça / despreza	oytauo / oitauo jnstruimentos / jns- truimentos jnferno / inferno	sancta seictemo housaria

Variações no Texto “Carta sobre as Dificuldades dos Lusitanos...” (Séc. XVII)

/i/ ↔ <i>, <j>, <y>	/s/ ↔ <s>, <ss>	/u/ ↔ <o>, <u>	grafias latinizantes
baya mui	Monis sedo	Deos / Deus	offerece ella

**Variações nos Textos “Denúncia contra uma índia”,
“Carta proibindo as escravas...”
e “Carta proibindo o desembarque de ciganos” (Séc. XVIII)**

/i/ ↔ <i>, <j>, <y>	/s/ ↔ <s>, <ss>, <z>, <ç>, <x>	/z/ ↔ <z>	/u/ ↔ <o>, <u>
Reyno / Reino Rey	Lixboa fasso / façs ezcandalozamente offença i[n]zistindo siganos escravaz / escravas	douz mezes cazadas dezuniam uzo / uzão / uzem	molheres Deoz / Deus Lingoa

**Variações no Texto do “Auto de Defloração
de Maria Juliana” (Início do Séc. XX – 1903)**

grafias latinizantes	/z/ ↔ <z>, <s>	/i/ ↔ <i>, <j>, <y>
anno	extremoza	Ayres
outhorgadas	trez	Almeida
facto	mez	
additamento	juiso	

Análise das variações

Observando-se os exemplos colhidos nos textos aqui apresentados, percebe-se uma predominância das grafias latinizantes: **anno**, **outhorgadas**, **offerece**, **ella**, **sancta**. Esse resultado, bastante significativo, ocorre em virtude da grande influência da tradição ortográfica latina. Esses casos de variações etimologizantes confirmam o padrão que predominou na ortografia portuguesa até o início do século XX. No entanto, nota-se também que já há alguma variação motivada pela interferência da oralidade, em exemplos como: **Lixboa**, **cazadas**, **extremoza**, **uzem**, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras gramáticas da língua portuguesa, de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1539-1540), apresentam tentativas de regulamentar a ortografia portuguesa, estas de acordo com os princípios greco-latinos, visando aproximar a língua portuguesa o mais possível do ideal de perfeição e pureza. Neste sentido, a ortografia manifesta a filiação ao latim. No entanto, João de Barros a-

proxima a grafia da fonética, declarando em sua obra: “orthographia é vocábulo grego e os latinos ô escrevem desta maneira atrás e nós devemos escrever com estas léteras ortografia, porque com élas pronunciamos”. (*Apud* Gonçalves, 1992: 42)

Seguindo-se uma outra tendência, a partir do final do século XVI os textos metaortográficos defendem o papel da etimologia, mesmo que esta seja injustificada ou falsa. O sistema ortográfico do português apresenta-se complexo, pois aos grafemas são conferidos valores distintos, sejam eles de ordem fônica, etimológica, semântica e distintiva. Isso ocasiona, até aos dias atuais, uma sobrecarga informativa que não está ao alcance de todos os indivíduos, mesmo que sejam alfabetizados.

Espera-se que este breve trabalho traga contribuições para estudos atuais sobre a ortografia portuguesa, pois esta representa a memória da língua. Neste sentido, faz-se mister que se conserve e preserve a massa documental, pois ela é a chave para o conhecimento do passado. Os documentos históricos representam o patrimônio cultural, portanto são objetos de interesse de diversos pesquisadores nas mais variadas áreas do conhecimento humano.

Uma fonte histórica pode, desse modo, se constituir no meio de acesso ao conhecimento de ações e condutas de agrupamentos humanos pretéritos e se caracterizar como o próprio fato histórico ou lingüístico, no caso do texto ser tomado como objeto da análise historiográfica ou filológica, como discurso ou forma de se expressar de uma comunidade numa determinada época. (Neves, 2007: 16-17).

Destarte, a partir do entendimento do uso que o homem faz de sua própria língua, nas mais diversas manifestações, sendo neste caso o registro escrito, ele passa a compreender melhor a si e aos outros, pois está inserido em um contexto sociocultural, que também está presente nos textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Pedro A. de. A respeito da antiga ortografia portuguesa. *Revista Lusitana*, Lisboa, vol. 6, p. 261-268, 1900-1901.

BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*: com os mandamentos da Santa Madre Igraja. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar*: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII). Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

GÃNDAVO, Pero de Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

GONÇALVES, Maria Filomena. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII*: para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: Ministério da Educação / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

GUERRA, António Joaquim Ribeiro. *Os escribas dos documentos particulares do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça - 1155-1200: Exercícios de análises de grafias*. Dissertação (Mestrado em Paleografia e Diplomática) Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.

LEÃO, Duarte Nunes do. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Introdução, notas e leitura por Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983.

MARQUILHAS, Rita. Em torno do *Vocabulario* de Bluteau: o reformismo e o prestígio da norma no século XVIII. In: *Caminhos do português*: Exposição comemorativa do ano europeu das línguas. *Catálogo...* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 105-118.

MARTINS, Ana Maria. Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis. In: *Caminhos do português*: Exposição comemorativa do ano europeu das línguas. *Catálogo...* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Prefácio. In: QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: UEFS, 2007, p. 13-19.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

PORTUGUÊS: Exposição comemorativa do ano europeu das línguas. *Catálogo...* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 23-71.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. A Crítica textual e a recuperação da história. *Scripta Philologica*, Feira de Santana, n.1, p. 64-79, 2005.

———. “*Dos benefícios de Deus*”, “*Livro da consciência e do conhecimento próprio*”, “*Da amizade e das qualidades do amigo*”: Edição e vocabulário onomasiológico de três tratados da obra ascético-mística “*Castelo Perigoso*” (Cód(s). ALC 199 e ALC 214. 2002. 475 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTANA NETO, João Antônio de; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Variação grafemática no texto do “*Castelo Perigoso*”. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 28, p. 188-193, 1999.

TELLES, Célia Marques. Relação grafemático-fonética em textos não literários do século XVI. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, n. 12, p. 37-64, jan./jun. 2002.